
AUTONOMIA DO PROFESSOR: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR PARA A CULTURA DO CUIDADO DOCENTE

AUTONOMY OF TEACHER: AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE
FOR THE CULTURE OF CARING FOR TEACHERS

AUTONOMÍA DEL PROFESOR: UNA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINARIA
PARA LA CULTURA DEL CUIDADO AL DOCENTE

Regina Zanella Penteadó¹

RESUMO

Estudos isolados, de diversas áreas, evidenciam o processo de precarização, desvalorização, sofrimentos e adoecimentos que o professor está submetido no trabalho docente. Urge avançar com a articulação dos conhecimentos produzidos em diferentes áreas para subsidiar investimentos para inaugurar – na cultura do magistério - espaços de inclusão da pauta do cuidado no âmbito educacional. Este artigo busca uma via de compreensão da autonomia docente que possibilite relacioná-la a formas de cuidado centradas no professor. O estudo evidencia algumas formas como a autonomia do professor é interpretada nos campos da Saúde e Educação: por um lado, a configuração de riscos de adoecimento e a proteção/promoção da saúde do trabalhador professor; por outro, a profissionalização docente. A teia das relações entre autonomia e cuidado é tecida a partir de fios que perpassam aspectos da saúde do trabalhador professor, do trabalho docente e da profissionalização do magistério. A questão da autonomia pode configurar eixo para a interdisciplinaridade na atenção ao professor e chave para a discussão de uma cultura do cuidado e da saúde docente, no âmbito educacional. A temática do cuidado comporta uma potência articuladora das discussões que problematizam o trabalho docente, a formação de professores e o processo de profissionalização do magistério e, também, da integralidade e da interdisciplinaridade na atenção à saúde do professor. Uma cultura de cuidado do professor se faz necessária no campo da educação; e a questão da autonomia pode contribuir para alguns dos encaminhamentos na direção da sua concretização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Condições do Trabalho Docente; Saúde do Professor; Saberes do Docente; Formação de Professores; Valorização do Professor.

ABSTRACT

Isolated studies in several fields show that teachers are submitted to a process of devaluation, precariousness, suffering and illnesses in work. The articulation of knowledge that is being produced in different areas is urgent, in order to subsidize investments in new spaces to discuss care in the field of education, in the culture of teaching. This paper searches for a way to understand the personal autonomy of teachers that enables a relation with the existing care giving measures focused on teachers. The study shows some of the ways in which the personal autonomy of teachers is interpreted in the fields of Healthcare and Education: on one side, the configuration of illness risks and the working teachers' health protection/promotion; on the other, the professionalization of

¹ Pós-Doutorado em Educação - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Rio Claro, SP. Brasil - Docente da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Piracicaba, SP. Brasil. **E-mail:** rzpenteadó@uol.com.br

Submetido em: 08/05/2017 – **Aceito em:** 18/08/2017

teachers. The network of the relations between personal autonomy and care is woven from strings that unite aspects of the working teacher's health, the actual work of teachers and professionalization of teaching. The issue of personal autonomy may represent an axis for interdisciplinarity in attention towards teachers and a key to discuss a culture of caring for the health of teachers in the educational environment. The theme of care has potential in articulating discussions that question the work of teachers, their education as such, the process of professionalization of teaching and also if the integral and interdisciplinary nature of healthcare attention of teachers. A culture based on caring for teachers is needed in the field of education, and the issue of personal autonomy may contribute towards developments in making this reality.

KEYWORDS: Education; Teacher Working Conditions; Teachers' Health; Knowledges of Teachers; Teacher's; Teaching Skills.

RESUMEN

Estudios aislados, de diversas áreas, muestran el proceso de precarización, desvalorización, sufrimientos y enfermedades que padece el profesor, en el trabajo docente. Urge avanzar con la articulación de los conocimientos producidos en diferentes áreas, para subsidiar inversiones en el sentido de abrir espacios para la inclusión de la pauta del cuidado en el ámbito educacional, en la cultura del magisterio. Este artículo busca una vía de comprensión de la autonomía docente, que posibilite relacionarla a modos de cuidado centrados en el profesor. El estudio destaca algunas maneras de cómo la autonomía del profesor se interpreta en los campos de la Salud y la Educación: por una parte, la configuración de riesgos de enfermedad y la protección/promoción de la salud del trabajador profesor; por otra parte, la profesionalización docente. La red de las relaciones entre la autonomía y cuidado se teje a partir de hilos que permean aspectos de la salud del trabajador profesor, del trabajo docente y de la profesionalización del magisterio. La cuestión de la autonomía puede configurar un eje para la interdisciplinarity en la atención al profesor y una clave para la discusión de una cultura del cuidado y de la salud del docente, en el ámbito educacional. La temática del cuidado comporta una potencia articuladora de los debates que problematizan el trabajo docente, la formación de profesores y el proceso de profesionalización del magisterio, y también, la integralidad y la interdisciplinarity en la atención a la salud del profesor. Una cultura de cuidado del docente es necesaria en el campo de la educación; y la cuestión de la autonomía puede contribuir para algunos de los encaminamientos en la dirección de su concretización.

PALABRAS CLAVE: Educación; Condiciones del Trabajo Docente; Salud del Profesor; Saberes del Docente; Formación de Profesores; Valorización del Profesor.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de universalização da educação básica, iniciado nos anos de 1990, produziu aumento da incorporação da força de trabalho de professores nas escolas sem precedentes na história do país, gerando contingente de professores atuando em realidades econômicas, sociais, culturais e educacionais diversificadas, com distribuição em 26 sistemas estaduais e 5.570 sistemas municipais de ensino. Nesse contexto, e como resultante das condições de trabalho, a questão do adoecimento dos professores emerge como uma temática relevante na Educação e vem se configurando como objeto de estudos, tanto no meio

acadêmico quanto no sindical ou de instituições de pesquisa em âmbito nacional (GOUVÊA, 2016).

A literatura conta com estudos de diversas áreas (Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Saúde Coletiva, Educação Física, Fisioterapia, Saúde do Trabalhador, Engenharia e Ergonomia) que empregam perspectivas específicas na abordagem das problemáticas do mal-estar docente e dos sofrimentos, adoecimentos e problemas de saúde dos professores, cujos desdobramentos são percebidos na perda de qualidade do trabalho docente e na produção de licenças, afastamentos e readaptações funcionais desses trabalhadores. Os professores envolvidos nesses estudos são, costumeiramente, de unidades educacionais como escola ou centro universitário da rede pública ou privada de ensino municipal e/ou estadual e configuram, portanto, uma realidade focalizada de uma determinada localidade. Os estudos, geralmente, configuram levantamentos de caráter epidemiológico para buscar estabelecer relações com os fatores presentes no ambiente e na condição e organização do trabalho docente que atuam como predisponentes, determinantes e condicionantes do processo saúde-doença-cuidado do professor. No entanto, as perspectivas, bem como os enfoques e os recortes desses estudos, costumam ficar circunscritos às preocupações das diferentes especialidades, sem que sejam observadas, entre eles, relações ou integrações. Entendemos não ser pertinente realizar, aqui, a revisão desses estudos, ou mesmo referenciar alguns deles, em detrimento de outros. Destarte, priorizamos alguns estudos brasileiros que se distinguem da maioria em alguns aspectos das investigações: por ampliarem a abrangência dos sujeitos envolvidos e o alcance das realidades de trabalho, em escala nacional; e por buscarem compreensão da temática da saúde do professor relacionada ao conhecimento das condições de trabalho docente em uma dimensão coletiva, de categoria docente.

O primeiro estudo nacional, exaustivo, abrangente e extenso resulta de pesquisa sobre saúde mental e trabalho, identificada como: “Pesquisa nacional de trabalho, organização e saúde dos trabalhadores em educação no Brasil”. Realizada em parceria do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília com a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a pesquisa envolveu 52 mil sujeitos, 1.800.000 trabalhadores em educação (professores, funcionários e especialistas em educação da rede pública estadual) e 1.440 escolas em 27 unidades federativas. Os resultados mostraram que 48% dos educadores tinham algum sintoma de *burnout*² e que um a cada quatro educadores sofriam de exaustão emocional e, também, que 90% dos trabalhadores em educação estavam satisfeitos com seu

² *Burnout* é a síndrome do trabalhador que perde o sentido da sua relação com o trabalho e afeta principalmente os profissionais de serviços em contato direto com os usuários. É um conceito multidimensional que envolve três componentes: exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento com o trabalho. A tensão entre a necessidade de estabelecimento de um vínculo afetivo e a impossibilidade de concretizá-lo é uma característica dos trabalhos que envolvem cuidado com as pessoas (CODO, VASQUES-MENEZES, 2002).

trabalho – o que indicava que, no trabalho em educação, coabitam o prazer e o sofrimento, a realização e a perda de si. A obra de Codo (2002), forjada na trilha das lutas dos trabalhadores em educação básica pública do Brasil no momento de enfrentamento das reformas educacionais implantadas na década de 1990, sistematiza alguns dos elementos principais derivados da referida pesquisa. Outro estudo a ser destacado intitula-se: “Retratos da escola 3: realidade sem retoques da educação no Brasil – relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores(as) da educação básica” (CNTE, 2003). Esse estudo envolveu professores de vários Estados e contou com a participação de entidades de classe da categoria docente, como a CNTE e o Sindicato dos Professores, sendo desenvolvido num contexto de preocupação da organização institucional para atender as demandas geradas pela introdução do tema *saúde dos trabalhadores da educação* na agenda sindical (CODO, 2002; CNTE, 2003; GOUVÊA, 2016). A partir dele, foi constatado que havia ocorrência de problemas de saúde em 30,4% dos educadores; de cirurgias em 43,7% deles e de licenças médicas em 22,6%. Também foi registrado que 83% da categoria eram mulheres – estando, portanto, sujeita aos reflexos de condições de saúde especificamente femininas (VIEIRA, 2003; CNTE, 2003).

Outros estudos, com base em documentos dos órgãos oficiais de perícia médica, identificaram alguns dos principais motivos de afastamentos de professores do seu trabalho: adoecimentos por transtornos mentais e comportamentais, distúrbios da voz e doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo (GASPARINI *et al.*, 2005; APEOESP, 2012; CALDAS, 2012).

Também merecem destaque alguns estudos de revisão que, ao sistematizarem a literatura sobre processo saúde-doença de professores e o trabalho docente, possibilitam identificar os sofrimentos, as doenças e as disfunções ocupacionais mais comuns, confirmando as pesquisas já citadas: exaustão emocional, estresse, distúrbios da voz, disfunções musculoesqueléticas, *burnout* e depressão (BAIÃO, CUNHA, 2013).

Recentemente, o Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador em Educação afirmou ocorrer relações entre as condições de trabalho e a saúde dos profissionais de educação nos vários estados brasileiros; e debateu estratégias de enfrentamento da problemática defendendo a elaboração de políticas nacionais de prevenção, com vistas à melhoria da qualidade da educação no Brasil (CNTE, 2016).

Segundo Gouvêa (2016), os agravos à saúde decorrentes das condições de trabalho têm efeitos e implicações que atingem, não somente professores, mas toda a estrutura escolar e educacional: há uma relação estreita entre a saúde do professor e a qualidade do trabalho docente e da educação no país. Isso confirma a necessidade da discussão da saúde dos

professores e trabalhadores da educação adentrar no espaço escolar e nos espaços formadores de professores. Gouvêa salienta dois aspectos da problematização da questão da saúde/adoecimento dos professores: um deles diz respeito ao afastamento do professor das atividades docentes; outro, mais grave, é o trabalho exercido mediante situações de sofrimento e de adoecimento - que configura uma dimensão velada/silenciada do problema.

Faz-se necessário reconhecer que a saúde dos professores é relevante para a melhoria da qualidade da educação no país; e que o enfrentamento da questão requer uma visão ampla, que não se encontra desvinculada das discussões que envolvem tanto os processos de precarização do trabalho docente quanto os esforços para valorização dos profissionais de educação (FNE, 2014).

Assinalamos que o presente estudo é pautado por uma compreensão ampliada, abrangente, positiva e dinâmica de saúde, a partir da leitura de saúde como processo saúde-doença-cuidado relacionado à qualidade de vida - que possibilita considerar e relacionar diferentes fatores predisponentes, condicionantes, determinantes e intervenientes, de variadas ordens e diversas dimensões e complexidades, que se encontram envolvidos nos processos de percepção, de compreensão, de significação, de representação, de explicação, de análise, de construção dos saberes, dos cuidados, das práticas e das formas de intervenção em saúde (BATISTELLA, 2007; BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2007; CZERESNIA, MACIEL, OVIEDO, 2013). Tais fatores, vale ressaltar, muitas vezes se originam e se fazem presentes na cultura, na sociedade, nas instituições, na educação, nos contextos, nas experiências e nas circunstâncias da vida – inclusive (e principalmente) no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho (mediante as suas formas de organização, as condições sob as quais ele é desenvolvido, a cultura que o encerra e as relações sociais que nele se dão) atua, portanto, como determinante social do processo saúde-doença-cuidado e da qualidade de vida dos trabalhadores (LACAZ, 2000; ARAÚJO *et al*, 2003; BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2007; FISCHER, 2012). Não se pode deixar de observar que o enfrentamento dos fatores predisponentes, determinantes e condicionantes da saúde é, também, atravessado pelas formas contemporâneas de biopoder e pelas tensões entre as dimensões de controle/regulação e as de emancipação/empoderamento da sociedade (FERREIRA NETO *et al.*, 2009).

Além disso, cabe acrescentar que, sob a ótica foucaultiana, saber e poder se encontram relacionados: que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber; que todo saber constitui novas relações de poder; e que todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes e práticas. Dessa forma, as relações sociais e as interações que se dão no trabalho docente (que envolvem não somente professores com seus

alunos, mas também entre os professores e seus pares e entre as diferentes gerações docentes) configuram espaços sociais de exercício de poder e de formação. A sociedade, com os seus dispositivos e mecanismos de controle, de força, de regulação, de ordenação, de disciplinamento, de regulamentação e de normatização, age sobre o sujeito, o seu corpo, a sua saúde e a sua vida, por meio de processos que implicam em desqualificação, discriminação, rejeição, exclusão e eliminação de indivíduos, categorias de trabalhadores e grupos sociais, como formas de biopolítica e de biopoder (FOUCAULT, 1984, 1986 e 2005).

Tal compreensão se mostra relevante especialmente em estudos que tratam do trabalho docente, pois o saber-fazer profissional docente é de origem social, produzido e modelado socialmente, encontrando-se na confluência de vários saberes situados no contexto mais amplo do estatuto da profissão docente, na escola e na sociedade: o saber docente provém da família, da escola que formou o professor, da sua cultura pessoal, das instituições educacionais formadoras (escola normal, universidade) e daquelas onde desenvolve o seu trabalho, dos cursos de formação continuada e também das relações com os pares, os grupos, as organizações e os atores que os produzem (TARDIF, 2012).

Destarte, considerando que, no âmbito do trabalho docente, os saberes e poderes estão relacionados e atuam como formas de exercício de biopolítica e biopoder, cabe realçar a questão da autonomia do professor, quando se trata dos processos que atravessam o trabalho docente e que atuam na produção de saberes, de subjetivação, de saúde-doença-cuidado e da profissionalização docente.

O foco recai, assim, sobre a autonomia docente, uma vez que a questão da autonomia abarca as tensões das relações de poder que envolvem os trabalhadores, os seus pares, as categorias profissionais e o reconhecimento das profissões na/pela sociedade.

O presente estudo se encontra, portanto, fundado em algumas premissas: a importância da saúde e do cuidado dos professores para a melhoria da qualidade da educação; a gravidade da problemática dos adoecimentos no contexto do trabalho docente; a necessidade de atenção, no âmbito educacional para o processo saúde-doença-cuidado de professores relacionado ao mundo do trabalho docente (nos espaços sociais de discussão atinentes ao espaço escolar, ao trabalho docente e à formação de professores); os saberes e práticas docentes são de origem social e são produzidos e modelados pelo trabalho; os saberes e práticas de saúde são determinados pela sociedade e encontram, nos espaços sociais de trabalho, lugar de exercício de biopoder; o enfrentamento da questão da saúde docente requer visão ampla e interdisciplinar; a discussão da problemática da saúde do professor não se encontra desvinculada das discussões acerca dos processos de precarização do trabalho

docente nem dos esforços para valorização dos profissionais de educação. Nesse contexto, a questão da autonomia é merecedora de atenção no trabalho docente por abarcar as tensões das relações de poder e de controle envolvendo os trabalhadores, os seus pares, as categorias profissionais e o reconhecimento das profissões na/pela sociedade e, também, por configurar como um dispositivo de biopoder que atua sobre o corpo, o processo saúde-doença-cuidado e a qualidade de vida dos trabalhadores professores.

Cabe observar que não há na literatura, estudos que relacionam autonomia a formas de cuidado e promoção da saúde docente - especialmente quando se trata de recorte que focaliza o professor. Mesmo as experiências pautadas em concepções ampliadas de saúde, como as propostas de Escolas Promotoras de Saúde e de Promoção da Saúde na escola, não costumam priorizar o trabalhador professor, que costuma ser deixado de lado ou tratado apenas como mediador das ações direcionadas para o alunado (BICUDO-PEREIRA *et al*, 2003).

O objetivo deste artigo é buscar uma via de compreensão da autonomia docente que possibilite relacioná-la às formas de cuidado e de promoção da saúde centradas no professor.

A teia das relações é tecida a partir de fios que perpassam aspectos da saúde do professor, do trabalho docente e da profissionalização do magistério, na costura de considerações com enfoque interdisciplinar, pautada pelo diálogo e pela interface da Saúde e Educação, com atenção para a importância da temática do cuidado e da promoção da saúde para os espaços de trabalho docente e de formação de professores.

Alguns questionamentos orientam as leituras empreendidas, pautadas em estudos dos campos da Saúde e da Educação: como a questão da autonomia é interpretada nos estudos em saúde do trabalhador? A autonomia do professor, frente às condições de trabalho docente, seria compreendida da mesma maneira, nos estudos em Saúde e Educação? De que autonomia se trata, a que ela diz respeito, responde e se sujeita, no contexto educacional? O que representa a autonomia, no contexto da profissionalização docente? Como ela pode ser considerada, no cenário da formação do professor? E, por fim: é possível pensar a autonomia do professor relacionada ao cuidado docente?

O estudo, balizado pelas perguntas acima, é pautado, primeiramente, por uma forma de compreensão da autonomia do professor, na relação com o processo saúde-doença do trabalhador docente, a partir da ótica da saúde; em seguida, toma por base as formas como a autonomia do professor é compreendida sob o enfoque educacional, no contexto do trabalho docente e na relação com a profissionalização do magistério. A partir disso, o estudo avança em indicar perspectivas de leituras integradoras e interdisciplinares da questão da autonomia, na

relação com o cuidado docente; e em suscitar estudos futuros que concorram para potencializar a formação de uma cultura do cuidado no magistério atenta ao professor.

Autonomia e processo saúde-doença do trabalhador professor

Estudos oriundos do campo da saúde mostram que a autonomia, no trabalho, exerce efeitos paradoxais no processo saúde-doença-cuidado dos trabalhadores: a falta ou redução de autonomia atua na configuração de sofrimentos e riscos de adoecimentos; enquanto a presença ou o aumento de autonomia age na proteção/promoção da saúde (KARASEK 1979; LACAZ, 2000; ARAÚJO, GRAÇA, ARAÚJO, 2003; ASSUNÇÃO, OLIVEIRA 2009; FISCHER, 2012). Um estudo brasileiro das condições de saúde e trabalho de professores das redes pública e particular de ensino no Estado da Bahia destacou a relação entre aspectos psicossociais do trabalho e a saúde vocal, mental e osteomuscular. Os resultados corroboraram estudos com professores de outras regiões do país, mostrando que as maiores prevalências de problemas de saúde ocorrem na situação de trabalho que representa baixo controle sobre o trabalho e alta demanda psicológica – caracterizada como de alta exigência, a mais desfavorável à saúde dos professores (ARAÚJO, CARVALHO, 2009).

A condição de alta exigência (alta demanda e baixo controle) também se mostrou associada aos problemas de saúde como distúrbio de voz e estresse no trabalho docente, além de ser a situação com maior risco de reações adversas à saúde física e mental de professores da rede municipal de ensino de São Paulo (GIANNINI *et al*, 2012).

Estudo com professores de escolas públicas brasileiras (ASSUNÇÃO, OLIVEIRA 2009) mostrou que a falta de autonomia/controle, associados ao aumento da demanda e a intensificação do trabalho, provocam a degradação do trabalho docente e insatisfações, sofrimentos e adoecimentos em professores, comprometendo a qualidade da educação.

No sul do país, Vieira, Garcia e Martins (2010) investigaram a constituição das doenças da docência a partir da análise da relação entre o processo de trabalho e o mal-estar docente de professores das escolas públicas municipais de Pelotas/RS. O estudo concluiu que as condições de trabalho e as formas de tratamento do poder público contribuem para o crescimento de problemas de saúde de professores e para a disseminação do uso de medicamentos, como um mecanismo de controle sobre o processo de trabalho docente. Cabe observar que a problemática é agravada pela imagem idealizada que os professores apresentam sobre o sentido e o significado do trabalho docente: a partir da ideia de vocação e sacrifício, com abandono e renúncia de si. Os autores destacam, ainda, a falta de apoio ou política dirigida às questões de saúde e de bem-estar do professorado do Brasil e da América Latina.

Outro estudo recente envolveu professoras de escolas municipais de educação infantil de Pelotas/RS e evidenciou um número significativo de profissionais na condição de trabalho passivo (baixa exigência; baixo controle) como fator de declínio na atividade global do indivíduo e redução da capacidade de produzir soluções para as atividades e problemas enfrentados, que potencializam o risco de adoecimento psicológico (VIEIRA, GONÇALVEZ, MARTINS, 2016).

Piolli, Silva e Heloani (2015) investigaram as reformas educacionais e a adoção de práticas e políticas gerencialistas centradas em metas e indicadores para análise dos seus efeitos no cotidiano laboral de escolas e universidades públicas, com ênfase nas relações de trabalho, saúde e subjetividade dos professores. O estudo mostrou que as reformas educativas, baseadas na racionalidade instrumental, inserem instrumentos de controle de qualidade externos e internos à escola que, sob a égide do discurso da qualidade e da eficiência, oculta processos de controle da autonomia e de manipulação da subjetividade docente. Problemas como o individualismo, incitado pela regulação avaliativa punitiva, manipulatória da vaidade e instauradora de competitividade, compromete as relações de trabalho que, atreladas à racionalidade heterônoma, tendem a se configurar como idealizadas e inatingíveis. O estudo conclui que a aproximação das instituições educacionais à racionalidade instrumental contribui para a produção de fadiga, conflitos, frustrações, sofrimento, estresse e outras formas de adoecimento docente.

Uma revisão sobre processo saúde-doença de professores e trabalho docente mostrou que a perda de autonomia é um dos determinantes dos sofrimentos, das doenças e disfunções ocupacionais docentes (BAIÃO, CUNHA, 2013).

Tais estudos confirmam que a autonomia/o controle do professor no trabalho docente tem implicações no processo saúde-doença desse trabalhador. Isso nos possibilita entender que as formas de aumento e fortalecimento da autonomia do professor, no trabalho docente, concorrem para a promoção da saúde e a proteção contra sofrimentos/adoecimentos.

A questão da autonomia merece ser considerada com mais atenção, quando se olha para as condições de mal-estar, sofrimentos e adoecimentos de professores, tendo em vista transformá-las/melhorá-las.

Contudo, a autonomia é compreendida da mesma maneira, nos estudos em Saúde e Educação? No contexto educacional, quando é abordada a autonomia do professor, no trabalho docente, qual autonomia é referida, a que ela diz respeito, responde e se sujeita?

Relações entre autonomia do professor, trabalho docente e profissionalização do magistério

O trabalho docente apresenta características e especificidades que o distinguem da maioria das profissões, e fazem com que a autonomia do professor não possa ser interpretada e significada da mesma maneira que em outras categorias profissionais.

Uma das características peculiares que permitem distinguir o trabalho docente de outras formas de trabalho humano é o fato de ser um trabalho interativo, com e sobre o outro e na aspiração a uma vida mais plena e digna para as pessoas com as quais se trabalha. Essa dimensão interativa perpassa a singularidade das relações educativas e está na base do desenvolvimento das sensibilidades, dos sentimentos, da atenção, do cuidado e da preocupação com o bem-estar das pessoas; e ela repercute sobre o professor, seus conhecimentos, identidade, subjetivação e profissionalização (TARDIF, LESSARD, 2005).

Tratar de autonomia de professores requer conhecimento e compreensão das contradições e das ambiguidades do trabalho docente, em meio às problemáticas da educação, do exercício da docência, dos processos de construção da identidade docente, do desenvolvimento da profissionalização, das condições em que os professores trabalham, da importância do ensino e do seu *status* profissional, dos modos do professor de ser e estar em relação ao mundo em que vive e atua profissionalmente, cujo trabalho não se define somente pela sua materialidade – mas também pelas suas aspirações, por tudo o que se diz sobre ele e por tudo o que se espera dele, pelo que ele é e pelo que não deveria ser. A autonomia e o controle do professor são elementos essenciais para pensar o contexto educacional, a prática profissional docente, as condições em que o trabalho docente se desenvolve, as políticas de educação, a relação do trabalhador professor com a sociedade e os modos dela conceber o papel do professor na educação, com destaque para a discussão da profissionalização docente (CONTRERAS, 2012).

Segundo Tardif (2013), o movimento de profissionalização docente, nos diferentes países e nos últimos trinta anos, vem ocorrendo de maneira desigual e não-linear, com continuidades, desvios, tensões, retrocessos e co-ocorrências entre formas antigas (vocação/ofício) e contemporâneas (profissionalidade) que envolvem a problemática da autonomia dos professores. Em decorrência de um processo de proletarização do ensino que segue a lógica racionalizadora produtiva empresarial, o processo de trabalho docente se desqualifica e fragmenta (concepção/execução) com perda de controle (cada vez mais submetido a entidades externas) e de sentidos do professor sobre o próprio trabalho. Nesse processo, o professor vivencia a deterioração das condições do trabalho docente, a perda de qualidades e a ameaça aos seus proventos e conquistas profissionais, que passam a ser substituídos por: concorrências, prestação de contas, controle das práticas, salários segundo o mérito, exigência de trabalho em equipe, programas excessivamente detalhados, avaliações

externas, exigência de formação continuada, insegurança no emprego e no estatuto, dentre outras condições que representam formas de gerência e controle externo sobre o docente e de redução da autonomia dos professores.

No Brasil, as ambiguidades entre a profissionalização e a proletarização dos professores são abordadas em diversos estudos que identificam, na autonomia e no controle dos professores sobre o seu trabalho, o principal ponto de embate. Esses estudos apontam as reformas educacionais brasileiras dos anos 1990 como disparadoras de processos de mudanças que envolvem transformações na gestão educacional e na organização escolar e na reestruturação do trabalho docente. As reformas trouxeram novas regulações e normas de organização do ensino (como o livro didático, as propostas curriculares centralizadas, as avaliações externas, entre outras) que revelam a propensão à massificação da educação, à padronização de processos, à desqualificação e à desvalorização dos professores (OLIVEIRA, 2004 e 2010; ARAÚJO, 2007).

Os estudos mostram, ainda, que o estatuto funcional do magistério, ao converter os professores em servidores públicos do Estado, retira deles a autonomia e o autocontrole sobre seu ofício.

Nas últimas décadas, entretanto, formas mais flexíveis e autônomas de organização do trabalho trouxeram ganhos relativos de autonomia e controle do professor sobre suas atividades. Mas, isso configurou a seguinte ambivalência: as exigências de plurifuncionalidade e de polivalência levaram os professores, individualmente, a cobrarem e prestarem contas do que é feito no espaço escolar; perdendo poder e controle como grupo profissional. Essas mudanças resultaram na intensificação, na flexibilização e na precarização do trabalho do professor e produziram efeitos prejudiciais para as condições de trabalho, para a formação da identidade profissional docente e para a profissionalização do magistério (OLIVEIRA, 2004 e 2010; ARAÚJO, 2007).

Outros processos concorrem para a perda da autonomia no trabalho docente, como os de burocratização e racionalização do ensino, a partir da introdução de sistemas de gestão, de regulação e de controle externos sobre o trabalho dos professores (dependentes de decisões de especialistas, das famílias, da comunidade, de administradores e de *rankings* e avaliações), que interferem na rotina escolar e levam o professor à perda do exercício reflexivo, ao isolamento que conduz ao individualismo (CONTRERAS, 2012).

Outro fenômeno da proletarização pode ser observado a partir dos efeitos dos processos de controle ideológico subjacentes aos de desqualificação e requalificação

profissional, articulados a uma crescente burocratização, que acarreta intensificação do trabalho. Acobertados por uma aparência de sofisticação técnica e formas de requalificação, a tecnologia do ensino relega os professores da concepção e do planejamento, ficando a sua função reduzida à de aplicadores de programas e de pacotes curriculares. A perda da autonomia no trabalho pode se relacionar, assim, a uma perda de valores e de sentidos das pretensões educativas, acarretando processos de desumanização no trabalho (CONTRERAS, 2012).

Desse modo, é possível entender que a reivindicação da autonomia do professor extrapola as questões das condições trabalhistas dos professores e da profissionalização docente, já que diz respeito à própria qualificação da educação e das práticas de ensino - especialmente pelo fato de a autonomia integrar a natureza educativa do trabalho docente e promover a dignidade humana do trabalhador professor, por impedir a coisificação dos valores e das pretensões educativas (lembrando que uma prática autônoma precisa se ater aos sentimentos das pessoas, no encontro, no entendimento, na interação e no diálogo e ser dotada de significado, de vontade, de aprendizado e de intenção criadora). A autonomia, como qualidade educativa, contribui para a dignidade do trabalho do professor e a construção da identidade profissional docente (CONTRERAS, 2012).

A situação de desqualificação, precarização e proletarização do trabalho docente implica na redução ou perda da autonomia e na intensificação do trabalho, o que significa que há uma propensão para a situação de baixo controle sobre o trabalho e demanda aumentada, portanto, uma condição de risco à saúde que pode provocar sofrimentos e adoecimentos.

A problemática da autonomia do professor extrapola as possibilidades de escolhas individuais e as relações interpessoais diretas dos espaços de trabalho nas escolas/instituições educacionais; e se inscreve na natureza educativa do trabalho docente, nos processos de subjetivação implicados na formação profissional docente, nas formas de profissionalidade e nas relações de poder e no lugar e no papel que o professor/o trabalho docente ocupam na educação e na sociedade.

O estudo de Valle (2003) toma por base a realidade brasileira em geral e um estado federativo em particular para evidenciar algumas facetas das formas de controle da sociedade que impactam na formação e socialização profissional docente e repercutem nas expectativas da profissionalização do magistério, frente aos desafios da conjunção de interesses comuns e contraditórios das esferas administrativas dos sistemas de ensino, das esferas representativas (associações e sindicatos) e dos próprios professores. A autora observa que a profissionalização precisa ser considerada quando se quer analisar as relações de poder no magistério. Além

disso, que a referência à socialização profissional é indispensável, quando se trata da formação dos professores e da construção da identidade profissional docente, considerando que ela não se reduz ao microcosmo das instituições formadoras e extrapola o quadro de regras administrativas, levando em conta a dimensão educacional mais abrangente e as múltiplas expectativas dos atores envolvidos. A socialização profissional diz respeito à inserção na sociedade e à vida em coletividade. Desse modo, há que se observar a dependência, dos sistemas de ensino e das políticas educacionais, às orientações culturais e às demandas sociais e do sistema produtivo e dos modelos de desenvolvimento econômico.

A unificação do corpo docente é uma dimensão fundamental da socialização profissional e que esta se dá, no magistério, pelo fenômeno da feminização, ficando, portanto, sujeita, dentre outros aspectos, às relações de poder e às hierarquias que envolvem discriminações nos papéis da mulher na família, na sociedade e no trabalho, bem como restrições e entraves à escolarização das meninas e ao acesso das mulheres ao ensino superior, com implicações nas opções e escolhas profissionais, nas desigualdades de condições de trabalho, nos baixos salários e nas representações de desvalorização, desqualificação e de desprestígio do trabalho da mulher e da carreira do magistério (VALLE, 2003). A feminização - na condição principal de unificação do corpo docente e socialização profissional no magistério - é apenas um dos elementos capazes de explicitar uma das maneiras pelas quais a sociedade e as relações de trabalho exercem poder sobre os sujeitos e os grupos sociais, por meio dos seus dispositivos de biopolítica e de biopoder (FOUCAULT, 1984, 1986 e 2005).

Autonomia do professor e o cuidado docente

Os estudos visitados nos possibilitam apreender que não são poucas as publicações realizadas, por diversas áreas (inclusive por entidades de classe e sindicais) que comprovam, de modo redundante, as formas de precarização, de desvalorização, de sofrimentos e de adoecimentos aos quais o trabalhador professor tem se sujeito no trabalho docente.

Urge, agora, avançar com a articulação dos conhecimentos produzidos, no sentido de inaugurar espaços para a inclusão da pauta do cuidado no âmbito educacional, na cultura do magistério, nos espaços sociais constitutivos do saber-fazer docente: no trabalho docente e na formação inicial e continuada de professores. A seguir, tecemos algumas considerações acerca das relações entre a autonomia do professor e a produção do cuidado docente.

Ressaltamos que há uma necessidade premente de ativação, potencialização, fomentação e formação de uma cultura de cuidado a ser motivada no campo educacional. No entanto, observamos que, quando mencionamos uma cultura do cuidado no magistério,

consideramos que ela afeta a todos os sujeitos e relações do processo educacional e do espaço escolar. Acreditamos que o cuidado, no magistério, deve dizer respeito à infância, às crianças, aos escolares, aos universitários, às famílias, aos professores e aos demais trabalhadores e atores sociais da educação. Há que se certificar, especialmente, de que de tal cultura não seja excluído o professor, que do cuidado e das práticas a ele relacionadas, o professor não seja considerado um mero agente/mediador; pelo contrário: que da cultura e dos atos e das práticas de cuidado o professor configure como sujeito, que nesse âmbito ele se faça um protagonista. Entendemos que o professor, ao se (permitir) colocar no foco do cuidado docente, nas práticas educacionais de trabalho e de formação docente que ocorrem nos espaços universitários, escolares e não-escolares significa, ele mesmo, reconhecer, valorizar e afirmar a sua importância e o seu protagonismo na sua vida, no seu trabalho, na sua escola, na educação, na dignificação do seu papel na sociedade e do trabalho docente - e, em conformidade com Bicudo-Pereira *et al.* (2003) e Santos e Bógus (2007), também assumir o seu protagonismo na construção de escolas saudáveis, promotoras de saúde e de qualidade de vida.

A autonomia e o cuidado do professor estão relacionados nos caminhos para encontrar novas formas de gerir o trabalho, a saúde e a vida dentro e fora da escola (OLIVEIRA, 2004). A autonomia do professor exerce papel paradoxal no cuidado docente, já que dela resultam processos que transitam, por um lado, entre os riscos de adoecimento e a proteção/promoção da saúde do trabalhador professor e, por outro, entre a esqualificação/precarização/proletarização e a profissionalização docente.

A questão da autonomia pode, portanto, configurar um eixo para a interdisciplinaridade na atenção ao professor e chave para a discussão de uma cultura do cuidado e da saúde docente no âmbito educacional, na esteira da valorização do professor e do trabalho docente e na busca de educação com qualidade, bem como na consolidação das escolas em espaços saudáveis e promotores de saúde que têm, nos professores, um dos principais protagonistas das tramas que entrecruzam Saúde e Educação.

Entendemos, que a perspectiva do cuidado docente diz respeito, ainda, a mudanças nas formas dos profissionais da saúde lidarem com a promoção da saúde e a qualidade de vida docente. A problemática das condições do trabalho docente (que impacta no processo saúde-doença-cuidado do professor como condição de risco para a produção de diversas formas de prejuízos, sofrimentos, adoecimentos e comprometimentos da saúde e da qualidade de vida) engendra uma complexidade que extrapola os limites da relação professor-alunos e do processo ensino-aprendizagem que ocorrem nas situações imediatas em sala de aula, nos contextos escolares. Portanto, para acessar tal complexidade, faz-se necessário o aporte

conceptual ampliado de processo saúde-doença-cuidado, relacionado com a qualidade de vida, que possibilite analisar os fatores predisponentes, determinantes e intervenientes da saúde e da qualidade de vida enredados aos processos que envolvem as relações sociais e de poder no trabalho docente e aos movimentos de profissionalização do magistério - lembrando que, neles, ocupa centralidade a questão da autonomia. As mudanças implicam na ampliação do olhar e das formas dos profissionais da saúde lidarem com a problemática da saúde do professor, de maneira a possibilitar a percepção da complexidade da realidade e das condições sob as quais o trabalho docente é configurado, elaborado, gestado, exercido, representado na educação, na cultura, na sociedade e na relação com processos de profissionalização.

A problemática do processo saúde-doença-cuidado de professores, se estudada e analisada com base em estudos isolados ou de grupos e localidades específicas e em levantamentos epidemiológicos e de queixas/sinais/sintomas sob enfoque restrito aos agentes ambientais, biológicos, físicos e orgânicos acaba por desconsiderar fatores importantes e essenciais da cultura e do saber-fazer docente, que se encontram na dimensão social e relacional e na socialização profissional. Além disso, ficam patentes as restrições da maioria dos estudos, que intenta abordar a dimensão social do trabalho do professor com foco na substancialização do fazer docente circunscrito à sala de aula e extensivo, ao máximo, ao espaço da escola. Há necessidade de leituras mais amplas, à luz da complexidade do trabalho docente, das dimensões que abarca e dos efeitos que produz e recaem sobre o corpo, a saúde, a vida do professor - e que ricocheteiam no seu trabalho/profissão.

O trabalho docente se materializa na sala de aula, mas nela não se origina e nem se encerra. A compreensão disso é de suma importância quando se trata da questão da autonomia do professor: a dimensão social do trabalho docente, que afeta e age no trabalhador professor, envolve relações mais amplas e complexas de poder e de controle presentes nas práticas educativas, nas relações sociais, nos espaços escolares, nas instituições, na rede de ensino, na cultura (e na mídia), na sociedade e nos imaginários que permeiam o cotidiano.

Nesse sentido, nos estudos e pesquisas em educação é preciso ampliar o olhar acerca do professor e do trabalho docente (não somente daqueles pesquisadores e profissionais que se preocupam e que atuam junto a professores, mas também dos professores, dos pesquisadores em educação e dos órgãos e entidades que representam a categoria docente e os demais trabalhadores em educação - e, aqui, acrescentamos: também dos profissionais de comunicação), de modo a perceber e discutir os efeitos de outras instâncias presentes na sociedade/na cultura contemporânea (como a instância midiática) que afetam os processos

formativos concernentes à *figura do professor* e às *representações da prática docente* (CITELLI, 2012).

Isso implica na necessidade de se pensar o cuidado do professor (que envolve a figura do professor e o trabalho docente) a partir de leituras dos discursos, dos textos, das imagens, das representações e dos imaginários que circulam na sociedade, veiculados em postagens, documentos, publicações, revistas, peças, redes de relacionamento, produções e produtos jornalísticos, fotográficos, radiofônicos, televisivos, cinematográficos, musicais, dramáticos, literários, pedagógicos, brinquedos, jogos, mídia digital e outros.

Uma cultura do cuidado docente envolve atenção ao professor, na discussão das problemáticas e dos aspectos que afetam o ser professor e o trabalho docente nos diversos espaços da sociedade e de formação, de socialização profissional e de profissionalização docente.

A necessidade de se criar espaços para o professor refletir sobre o próprio trabalho emerge quando são buscadas possibilidades no sentido da autonomia e da superação das formas de mal-estar-docente (FERREIRA, 2006). Realçamos a importância de favorecer a criação de espaços sociais de encontros, experiências, discussões, diálogos, partilhas e parcerias que concorram para processos de percepção, formação e constituição de identidades, subjetividades, sentidos, sensibilidades, significações, aprendizagens, representações e imaginários que permeiam o ser professor e o saber-fazer docente; e que possam substanciar a potencialização da autonomia e do cuidado no âmbito educacional.

Contudo, deixamos, ainda, algumas questões que, por não serem objetos deste estudo, poderão ser formuladas em investigações futuras: a temática do cuidado docente vem sendo abordada de modo a contemplar suficientemente as demandas e necessidades de cuidado docente, quando se pensa no professor? Quais são os estudos sobre cuidado docente realizados no Brasil? Qual é a concepção de cuidado que esses estudos apresentam e quais os aportes que os sustentam? De que cuidado se trata quando o professor é aquele que se encontra no foco do cuidado? Quais são os dispositivos do cuidado docente? Quais são os espaços, os hiatos da literatura sobre cuidado docente no Brasil e o que ela apresenta como possibilidades para a criação/recriação de uma cultura do cuidado do professor que articule trabalho docente e formação de professores?

Há uma demanda obscurecida de estudos que sejam capazes de subsidiar os avanços necessários na construção de uma cultura do cuidado do professor e de contribuir para a articulação das discussões que problematizam a promoção da saúde, o trabalho docente, a

formação de professores, a socialização e a profissionalização do magistério. Destacamos que há, aqui, um campo rico para a pesquisa interdisciplinar.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do cuidado comporta uma potência articuladora das discussões que problematizam o trabalho docente, a formação de professores e os processos de socialização docente e de profissionalização do magistério e, também, a integralidade e a interdisciplinaridade na atenção a saúde do professor.

Uma cultura de cuidado do professor se faz necessária no campo da educação; e a questão da autonomia pode contribuir para alguns dos encaminhamentos para longo caminhar na direção da sua concretização.

REFERÊNCIASⁱ

APEOESP/ SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **A saúde dos professores**. São Paulo: Ceps; APEOESP, 2012.

ARAÚJO, Samara Carla Lopes Guerra. **Ser professor coordenador pedagógico: sobre o trabalho docente e sua autonomia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

ARAÚJO, Tânia Maria; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.30, n.107, p.427-449, 2009.

ARAÚJO, Tânia Maria; GRAÇA Claudia Cerqueira, ARAÚJO Edna. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do modelo Demanda-Controlle. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 991-1003, 2003.

ASSUNÇÃO Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.30, n.107, p. 349-372, 2009.

BAIÃO, Lidiane de Paiva Mariano; CUNHA, Rodrigo Gontijo. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação@Docente**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 6-21, jan/jun, 2013.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. *In*: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Anamaria D'Andrea. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro, EPSJV; FIOCRUZ, 2007. p.51-86

BICUDO-PEREIRA, Isabel Maria Teixeira; PENTEADO, Regina Zanella; BYDLOWSKI Cynthia; ELMOR, Maísa Rose Domênico; GRAZZELLI, Maria Elisabete. Escolas promotoras de saúde: onde está o trabalhador professor? **Saúde em Revista**, Piracicaba, v.5, n.11, p.29-34, 2003.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Antonio. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**; São Paulo, v.17, n.1, p.77-93, 2007.

CALDAS, Andrea do Rocio. Trabalho docente e saúde: inquietações trazidas pela pesquisa nacional com professores (as) da educação básica. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga (Org.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 429-445.

CITELLI, Adilson. Imagens e representações dos professores: situando o problema. *In*: CITELLI, Adilson. **Educomunicação: imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 9-18.

CNTE - Retrato da Escola 3: relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da Educação Básica. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. Brasília: CNTE/DIEESE, 2003.

Disponível em:

http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/pesquisa_retrato_da_escola_3.pdf Acesso em: 12 de mar. 2017.

CNTE. **CNTE discute saúde do professor e o impacto na educação**. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Disponível em:

<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/16955-cnte-discute-saude-do-professor-e-o-impacto-na-educacao.html> - Publicado em 2/8/2016 Acesso em: 9 de mar. 2017.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. O que é Burnout? *In*: CODO, Wanderley. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 237-254.

CODO, Wanderley. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CZERESNIA, Dina; MACIEL, Elvira Maciel; OVIEDO, Rafael. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Autonomia docente no cotidiano da classe: pensar o próprio trabalho para fazer-se sujeito. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.10, n.2, p: 165-171, 2006.

FERREIRA NETO, João Leite; KIND, Luciana; BARROS Jairo Stacanelli; AZEVEDO, Natália Silva; BRANTES, Tatiane Marques. Apontamentos sobre promoção da saúde e biopoder. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 456-66, 2009.

FISCHER, Frida Marina. Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**; v.46, n.3, p. 401-3, 2012.

FNE/FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. *In*: **Conferência Nacional de Educação**, Brasília, DF: MEC; FNE, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p. 189-199, maio/ago., 2005.

GIANNINI, Susana Pimentel Pinto; LATORRE, Maria do Rosário Dias; FERREIRA Léslie Picolotto. Distúrbio de voz e estresse no trabalho docente: um estudo caso-controle. **Cadernos de Saúde Pública**; São Paulo, v.28, n.11, p.2115-24, 2012.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016.

KARASEK, Robert. Job demand, job decision latitude and mental strain: implications for job redesign. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v.24, n.2, p.285-308, jun. 1979.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. FAC. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.151-161, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**; Campinas, v.25, n.89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v.1, p. 17-35, 2010.

PIOLLI, Edvaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI José Roberto. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set./dez. 2015.

SANTOS, Kátia Ferreira; BÓGUS, Claudia Maria. Percepção de educadores sobre a escola promotora de saúde: um estudo de caso. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.17, n.3, p. 123-133, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.34, n.123, p.551-571, 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VALLE, Ione Ribeiro. **A era da profissionalização: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VIEIRA, Jarbas Santos; GARCIA, Maria Manuela Alves; MARTINS, Maria de Fátima Duarte; ESLABÃO, Leomar; SILVA, Aline Ferraz; CARMEM, Vera Gainssa Balinhas; FETTER, Lucia da Rosa; GONÇALVES, Vanessa Bugs. Constituição das doenças da docência. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v.37, p.303-324, set./dez. 2010

VIEIRA Jarbas Santos; GONÇALVEZ, Vanessa Bugs; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas, Rio Grande do Sul. **Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 559-574, ago. 2016.

VIEIRA, Juçara Dutra. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga; **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ⁱ Revisão gramatical do texto sob a responsabilidade de: Belarmino Cesar Guimarães da Costa.
E-mail: belarminocesar@uol.com.br